

TENDÊNCIAS E DESAFIOS DAS LUTAS SOCIAIS NO BRASIL E NA AMÉRICA LATINA: para qual estágio da luta de classes?

Tássia Monte Santos¹

Resumo: A busca pela apreensão das principais tendências contemporâneas das lutas e dos movimentos sociais, no Brasil e na América Latina, consiste no objetivo central da nossa problematização, neste ensaio, que ora apresentamos como síntese pontual de uma longa, desafiadora e atualíssima problemática teórica e histórica do tempo presente.

Palavras-chave: Movimentos Sociais, América Latina; Capitalismo

Abstract: The search for the apprehension of the main contemporary tendencies of struggles and social movements in Brazil and in Latin America is the central objective of our problematization in this essay, which we present as a punctual synthesis of a long, challenging and very current theoretical and historical problematic of the present time.

Keywords: Social Movements, Latin America; Capitalism

Introdução

À análise dos movimentos e lutas sociais, em particular dos países latino-americanos, consideramos a condição econômica dependente e a diversidade da formação histórico-social dos países dessa região continental; a debilidade democrática que marca a relação histórica entre Estado e Sociedade civil; a configuração e resvalação da luta de classes na agenda dos direitos sociais; e por fim, o papel dos sujeitos coletivos na conquista e expansão da cidadania, bem como na busca pela construção de uma sociedade realmente democrática.

No contexto de barbárie global em que vivemos, especialmente, na infernal periferia capitalista, onde a desigualdade social chega a níveis brutais e insuportáveis, as contradições sociais tendem a dinâmicas extremas e, por vezes, imprevisíveis. Em geral, tais contextos

¹ Estudante do curso de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, Brasil. E-mail: tassia.s.social@hotmail.com

podem favorecer tendências ideo-políticas apáticas, obscurantistas, polarizadas em forças sociais conservadoras, ou no seu oposto, isto é, numa reação progressistas e ou anti-sistêmica, postulada por setores populares. Quando em ambiências históricas eclodem forças sociais politicamente organizadas e, que, em polos opostos, acirram a luta por hegemonia, as contradições inerentes ao sistema capitalista se explicitam num nível mais elevado, pois transpõe o nível da naturalização, seja para o nível corporativo, seja na perspectiva catártica.

Ressaltar, assim, a importância das lutas e dos movimentos sociais em torno da ampliação e consolidação de direitos (políticos, sociais e humanos), significa enxergar o sentido histórico fundamental que a luta de classes determina e opera nas mais diversas conjunturas e contextos históricos. Situar-los na dinâmica contemporânea de crise do capital e buscar apreendê-los nas expressões particulares que ganham, no Brasil e na América Latina, é uma tarefa crítico-ontológica desafiadora e central, na medida em que parece uma condição teórico-metodológica essencial para enxergar os potenciais políticos organizativos e a manifestação dos níveis de consciência da luta de classes. Ademais, as práticas organizativas dos mais diversificados movimentos sociais e as lutas sociais postuladas por esses organismos podem, em determinadas conjunturas, servir de termômetros imediatos para medir o nível de correlação de força da luta de classes, ou apontar para qual direção as lutas sociais presentes no interior da sociedade concorrem.

A apreensão teórico-crítica dos processos político-organizativos dos diversos sujeitos coletivos pressupõe a consideração de três dimensões concretas principais: o modo de (re)produção social vigente; a estruturação social de classes e sua relação com o Estado; e o processo de complexificação do ser e da vida sociais como expressão da totalidade histórica.

Portanto, a discussão que pautaremos neste texto, se propõe empreender algumas reflexões teóricas importantes no campo da crítica marxista, na perspectiva de apreender o processo de organização das classes sociais, dos movimentos sociais populares e dos seus coletivos orgânicos na dinâmica contemporânea do capital. A discussão perpassará a problematização das condições concretas de vida e de reprodução social da classe trabalhadora, relacionadas ao estágio de desenvolvimento das forças produtivas e da crise capitalista atuais, mas também considerando os estímulos pautados pela percepção e pelo processo de formação da consciência social crítica dos sujeitos coletivos, em torno da defesa de interesses sociais corporativos e genéricos, a exemplo da luta encampada por diversos movimentos sociais na defesa estratégica de direitos sociais civis, políticos e humanos, na realidade social brasileira e latino americana desse último período.

1. Tendências contemporâneas das lutas sociais na América Latina

É inegável que as lutas sociais latino-americanas do início deste século foram reconhecidas como um fenômeno de grande impacto político no mundo. De acordo com Oliver (2011), nesses últimos anos, foi se conformando, nos distintos países da América do Sul, um novo bloco social e político popular que, na maioria dos casos, ultrapassou os partidos institucionais e gerou mudanças profundas nas classes políticas e nos próprios partidos, criando uma política de movimento da sociedade que deu sustento a uma nova ação política institucional e a novos quadros políticos nacionais e regionais.

De repente parecia que uma grande onda de reformas estruturais e de radicalidade política colocava a América Latina como pontal de transformações progressistas radicais num mundo que enfrentava uma crise estrutural do capital, entretanto, com políticas especialmente conservadoras, e cada vez mais, dominado pelo imperialismo hegemônico global, pelos cartões de crédito, o rendimento da bolsa, e por projeto de ampliação de blocos econômicos transnacionais dos grandes monopólios financeiros dos países centrais (idem).

No final do século XX os Estados da América Latina não conseguiram resistir à ofensiva do capital transnacionalizado e transformaram seus históricos padrões de acumulação e seus projetos capitalistas “nacional desenvolvimentistas” em modernos projetos associados-subordinados ao domínio mundial do capital, com forma de Estados nacionais de concorrência, poderes públicos privatizados, financeirizados e precarizados cujo principal objetivo passou a ser a valorização do capital transnacional e financeiro e a participação no mercado mundial na qualidade de economias periféricas primarizadas de neoexportação (OLIVER, 2009).

Neste contexto de dominância do padrão de Estado Ajustador no cenário brasileiro contemporâneo impõe-se uma dada encarnação democrática: a DEMOCRACIA NEOLIBERAL. A cultura política democrática e as conquistas da democratização são freadas, corroídas e, algumas vezes, solapadas pelo reformismo neoliberal. Em verdade, a democracia - domesticada e submetida - assume as reformas orientadas pela lógica do mercado como sua própria agenda, restringindo-se e, mesmo desfigurando-se, ao abdicar do próprio exercício da política. A agenda neoliberal submete a política aos ditames do mercado. É a afirmação, na vida brasileira, do CONSENSO DEMOCRÁTICO LIBERAL, encarnando uma concepção minimalista de democracia, restrita ao campo representativo. Em verdade, em confluência com os processos de mercantilização do ajuste estrutural, a democracia na

América Latina e, particularmente no Brasil, transforma-se numa “democracia de eleitores” e não numa “democracia de cidadãos” (idem).

Em geral observa-se que as lutas das sociedades civis dos distintos países latino-americanos ainda tem demandas que se colocam como parte das lutas unitárias nacionais. Para o autor, o que ainda se registra muito na América Latina são sociedades civis 1) multifacéticas, 2) em atividade e luta 3) com graus distintos de incidência e com demandas desagregadas, locais, defensivas e não unitárias nos assuntos políticos públicos e nacionais. As sociedades civis se posicionam mais na resistência perante a perda de direitos que com um projeto alternativo. Outras características são que as sociedades civis expressam vozes críticas às políticas dos governos progressistas; mas o fato é que não parecem ter vínculos orgânicos com os novos governos, embora o programa de luta tenha objetivos de luta contra privatizações, contra as empresas transnacionais de minério, de água, de eletricidades e de produção de papel.

Ao pensar a relação de movimentos e partidos políticos do campo de esquerda na americana latina, Oliver (2009) analisa que os movimentos em geral assumem uma postura política que, no limite, bloqueia o apoio dos partidos políticos populares, ou pouco se visualiza articulação entre eles. Ficam cada um lutando pelo seu lado, sobretudo nos casos em que os governos mantem intocáveis instituições que são lóbi das grandes oligarquias; já os movimentos sociais tem se organizado em pautas que se mantém no nível local e pouco ou pontualmente se expressam em nível nacional ou internacional.

Katz (2016), oferece-nos uma análise muito interessante a respeito da américa latina nesses últimos decênios. Para o autor é inegável que o processo de redemocratização dos países latino-americano significou, com todas as contradições, uma Restauração da ordem capitalista entre nós. Assinala que nesses últimos vinte anos são patentes e crescentes as mudanças na composição dos estratos de cima das classes dominantes, camada cada vez mais estreita e concentradora de riquezas. É alarmante também, em razão direta, o crescimento das desigualdades sociais entre as classes.

O acirramento da luta de classes é a expressão mais tangível de tamanha contradição social no continente, e sintomático nas manifestações da questão social que se revela nos indicadores sociais de profunda miserabilidade das populações empobrecidas que convivem e são acometidas violência, analfabetismo, desemprego, fome, epidemias. Contudo, as condições de vida e de trabalho que afetam as camadas de trabalhadores e de outros setores

das massas populares não são enfrentadas apenas numa perspectiva pacífica, elas também são encaradas numa tônica de luta política por democracia e cidadania.

No Brasil e noutros países da América Latina, a exemplo do Chile e da Argentina, o aumento da demanda por direitos configura a tônica de expressão de muitos movimentos sociais, sejam eles orgânicos ou conjunturais. Não por acaso, a resistência popular ao imperialismo consistiu de levantes de movimentos de trabalhadores atingidos pelos projetos de crescimento e exploração econômicos, sobretudo, nas áreas de extração de minério e de intervenção das políticas energéticas (populações indígenas e tradicionais), mas também de setores urbanos, com a formação de diversos setores e de os movimentos sociais organizados, com destaque para a questão da moradia, do direito à cidade e a mobilidade urbana.

2. A ofensiva capitalista contemporânea: os descaminhos da resistência

A internacionalização do capital e o processo de acumulação flexível intensificaram amplamente o padrão de desenvolvimento desigual. A máxima rentabilidade para o capital depende, hoje, cada vez menos, do crescimento absoluto ou da expansão para fora, e mais da redistribuição e de uma brecha, cada vez mais, extensa entre ricos e pobres, tanto no interior das nações-Estado como entre elas (WOOD, 2005).

O triunfo dos mercados seria inconcebível sem a ativa intervenção das instâncias dos Estados nacionais, no lastro dos tratados internacionais (IAMAMOTO, 2008). Não foi por acaso que para contornar a implosão das bases do Estado de bem-estar e administrar a última grande crise do século passado a burguesia internacional organizou-se, a partir de um estratégico ataque às conquistas da classe trabalhadora, numa contra tendência que articulou a reestruturação produtiva e a política neoliberal, deslanchando na transnacionalização do poder da economia capitalista, de um modo intensamente reificado.

Na linha geral da recomposição capitalista desse último período, a reestruturação do Estado representou uma condição fundamental na medida em que garantiu:

[...] pesada transferência do patrimônio público estatal para o grande capital pela via da privatização; drenagem de recursos privados e públicos para o capital parasitário-financeiro através das políticas de ajuste (financeira tributária) – o que, especialmente nos Estados periféricos e semi-periféricos, conduz a uma verdadeira quebra do poder estatal para financiar o enfrentamento da “questão social” (donde, por exemplo, refilantropização da assistência); diminuição do poder do Estado como regulador das relações

capital-trabalho, pela via da flexibilização; apequenamento do papel econômico-indutor dos Estados periféricos e semi-periféricos, seja pela orientação que conduz à sua redução, seja pelo novo papel desempenhado pelas instâncias supra-nacionais do grande capital (Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial); enfim, amesquinamento da função desses Estados de afiadores de padrões de crescimento decididos “desde dentro”, pela via da desregulamentação (também sob comando do grande capital, mediante supra-nacionais como a Organização Mundial do Comércio) (NETTO, 2004, p. 72).

Como sabemos o bode expiatório da premissa neoliberal foi o excesso de privilégios e poder da classe trabalhadora na forma de direitos sociais que onerava/sobrecarregava, demasiadamente, o orçamento público, o que, segundo esta acepção, determinou a crise fiscal do Estado. A reação burguesa disseminou, portanto, essa premissa ideológica para efetivar as medidas de desregulação das relações de trabalho e do sistema de proteção social, e implantar um modelo de regulação social baseado na lógica do mercado, cujos desdobramentos estabelecem a barbarização da vida social.

Predominantemente, as contradições passaram a ser tratadas e compreendidas como questões de responsabilidade inteiramente individual. Sobre essa tendência Fontes (2008, p. 34) aponta que:

[...] muitos militantes, sinceramente engajados na melhoria das condições sociais da maioria da população, mas (muitas vezes legitimamente) decepcionados com os rumos de muitos partidos, abandonariam a prática (e a reflexão) voltada para o fim das classes sociais, concentrando-se na atividade local, pontual. Apoiados em formas locais de solidariedade e auto-ajuda, empreenderam importantes lutas, mas esbarraram na dificuldade de recursos. O encontro entre intelectuais dispostos a apoiar movimentos que se mantivessem estreitamente nos limites corporativos e lutas sociais que se debatiam com escassez de recursos impulsionou a constituição de entidades de cunho filantrópico, no qual a autonomia reivindicada deixava de ser capaz de produzir contra-hegemonia, não devendo mais forjar uma visão de mundo revolucionária, mas a autonomia de cada segmento, organizado em torno de demandas específicas, de cunho corporativo segundo a conceituação de Gramsci.

A autora complementa dizendo que as múltiplas fontes de financiamento (das agências internacionais do capital e do próprio Estado) apoiaram essa dinâmica, inclusive para fazer frente ao risco de que a internacionalização em curso impulsionasse reivindicações localizadas em direção a uma contestação mais abertamente anticapitalista. E com isso tentam impedir que as lutas específicas, que agem a partir das condições imediatas e respondem aos efeitos da devastação capitalista, convertam-se em fulcros coletivos e internacionalizados de

luta anticapitalista (FONTES, 2008). Por essa razão, não tenhamos a ingenuidade de pensar que o enfrentamento – pelo menos, não no sentido da sua erradicação - das desigualdades é preocupação para o capital, como quer nos fazer crer o Banco Mundial e o FMI (TAVARES, 2006).

Devemos enfatizar, porém, que, embora, a alteração das formas de manifestação da luta de classes tenham se alterado, o conflito social de classes antagônicas não deixou de existir nem de se expressar. Na verdade, o arrefecimento das lutas sociais, corresponde “[...] a uma realidade material, a forma como o mundo social é realmente organizado pelo capitalismo” (WOOD, 2005, p. 108). Aliás, é preciso chamar a atenção que os efeitos mais imediatos do capitalismo limitaram o conflito de classes às unidades individuais de (re)produção, descentralizando e localizando a luta de classes. E ao espraiar-se na conformação da sociabilidade e da cultura, reconfigura o Estado e a sociedade civil, redimensionando as lutas sociais (IAMAMOTO, 2008).

Quanto à redefinição do papel do Estado gostaríamos de nos deter um pouco nos impactos sobre as dimensões econômica, política e, sobretudo, social. O Estado burguês condensa o poder político, que, conforme nos aponta Tonet (2011, p.4) “[...] nada mais é do que a força social apropriada por determinados grupos particulares e posta a serviço da reprodução de uma determinada forma de sociabilidade na qual os interesses desses grupos são predominantes [...]”. Através do aparato jurídico-político instituído socialmente, a liberdade dos indivíduos, quer seja individuais ou coletivas – de organização política ou de expressão -, perpassam a defesa da propriedade privada. Tal defesa ocorre tanto através das bases legais, ou seja, através do Direito²; quanto da repressão à qualquer manifestação contundente de insatisfação popular pelas intervenções estatais, que propiciam cada vez mais a acumulação do capital.

Ao pensarmos o papel do Estado na garantia da reprodução social, veremos que - sem explorar as suas contradições – a luta por direitos e políticas sociais representa uma questão central na agenda de luta e no cotidiano das vidas dos sujeitos da classe trabalhadora. Portanto, as políticas sociais, representam ganhos para os trabalhadores, o que significa, ainda que brandamente, a imposição de limites à usura do capital. Não é por acaso que a classe capitalista mundial se empenhou em elidir as conquistas históricas da classe trabalhadora no campo dos direitos sociais e trabalhistas, verificados na experiência histórica dos países

² De acordo com Tonet (2011, p. 5), “[...] o direito regula a atividade social no interior de uma sociabilidade fundada na desigualdade social [...]” proporcionando, portanto, a própria reprodução dessa desigualdade, já que o solo matizador do Direito é a própria defesa da propriedade privada.

centrais e de forma muito pífia na realidade dos países periféricos, no período glorioso da produção e acumulação capitalistas do pós-segunda guerra. Nesse sentido,

O ataque e a restrição dos direitos sociais tem implicado diretamente na limitação dos direitos civis e políticos aos membros da classe trabalhadora e coloca para os intelectuais e os militantes do campo da esquerda o desafio de realizarem não apenas a reflexão teórica mas, essencialmente, a denúncia à ameaça aos direitos individuais e coletivos tão duramente conquistados pela classe trabalhadora (SILVA, 2011, p. 11).

Por essa razão não podemos compreender o contexto de perda e degradação dos direitos e das políticas sociais sem contextualizar sua articulação com a política econômica e com a luta de classes, pois elas são processo e resultado de relações complexas e contraditórias que se estabelecem entre Estado e sociedade civil, no âmbito dos conflitos e lutas de classes que envolvem o processo de produção e reprodução do capitalismo (BEHRING e BOSCHETTI, 2006).

No contexto de crise de acumulação as políticas e os direitos sociais representaram para os interesses do capital uma grande ameaça. Berhing (2003) afirma que, no contexto de implantação do ideário neoliberal, as políticas sociais passam a ser caracterizadas por meio de um discurso nitidamente ideológico. Ou seja, “[...] paternalistas, geradoras de desequilíbrio, custo excessivo do trabalho, e devem ser acessadas via mercado. Evidentemente, nessa perspectiva deixam de ser direito social” (p. 64) e passa à incrementar um processo de aguda privatização, constantemente induzido e expansivo nesse terreno.

Na verdade, como indica Fontes (2008, p. 28), o que vem ocorrendo não é apenas a conversão em mercadoria algo que não o era, mas um efetivo processo social de expropriação. Em última instância trata-se de assegurar

[...] a permanência e expansão das relações sociais que nutrem o capitalismo. A expropriação permanece, portanto, o fulcro central da exploração capitalista, à qual corresponde, no extremo oposto da mesma relação, a concentração de recursos sociais (meios de produção e subsistência) aptos a se converterem em capital, para serem valorizados, aplicados à própria exploração de trabalhadores.

Isso tem se evidenciado, na era das finanças, como o processo em que o capital realiza novos impulsos nas suas formas de expropriação, através da apropriação privada de atividades que escapavam a mercantilização, a exemplo dos sistemas de proteção social

coletivos construídos pelos assalariados, no curso da história, que passam por drásticos processos de supercapitalização e de desmantelamento. Como nos chama a atenção Chesnais, Serfati e Udry (2005), o que encontramos, no coração do pensamento neoliberal, é a glorificação, levada às suas últimas conseqüências, do “individualismo proprietário”, o individualismo centrado sobre a propriedade privada.

O orçamento público sempre desempenhou papel fundamental nos processos da acumulação capitalista, seja em períodos de estabilização ou crise econômica. Ou seja, como em momento algum o capital prescindiu da estrutura estatal, hoje, mais que nunca, necessita dela para manter as condições de acumulação e de competitividade em várias formas, incluindo subsídios diretos e operações de resgate financiadas pelos contribuintes. Precisa do Estado, sobretudo, para preservar a disciplina do trabalho e a ordem social “[...] diante da austeridade e da ‘flexibilidade’ e para acrescentar a mobilidade de capital, ao mesmo tempo em que bloqueia a mobilidade dos trabalhadores” (WOOD, 2005, p. 110).

É sob essas condições e contradições históricas que se processam o conjunto das demandas sociais e dos conflitos sociais pautados e determinados pela ordem social vigente. Daí a importância de apreender a conformação desses conflitos e suas formas de expressão social. As manifestações da questão social como carência e rebeldia política ganham formas diversas de questionamento da ordem social, e de pautar as suas contradições internas.

A compreensão de que “[...] ‘o desenvolvimento livre das individualidades’ em uma sociedade de indivíduos associados e não antagonicamente opostos (condição necessária para a existência tanto da ‘liberdade’ quanto da ‘fraternidade’) [...]” (MESZÁROS, 1999, p. 207) é o pressuposto da plena emancipação humana, que não tem como ser realizada numa sociedade de classes onde o trabalho encontra-se subsumido a relações de exploração e alienação, e onde as expressões de barbárie se acirram com o aprofundamento da crise do capital; aponta para a urgência da defesa dos direitos humanos, a partir do reconhecimento de sua relevância no contexto de desumanização das relações sociais.

Nesse sentido, reconhecemos que os movimentos sociais tem sido, tradicionalmente, porta vozes e expressão dessas contradições, ainda que se configurem de formas igualmente diversas, do ponto de vista da sua organização, reivindicação, e composição. Situar os sujeitos históricos e coletivos em torno desses conflitos sociais é galgar numa apreensão das tendências históricas do tempo presente e filtrar, nessa abstração, os processos dialéticos que compõem a mediação do direito social e dos direitos humanos como conquista e como contradição histórica na sociedade de classes, isto é, na sociedade burguesa contemporânea.

3. A mediação estratégica da luta dos movimentos sociais no campo dos direitos: tendências regressivas

Parece-nos oportuno nesse momento esboçar breves considerações acerca do processo de formação de consciência dos sujeitos coletivos e da luta por direitos diante de uma conjuntura tão adversa, marcada pelo aumento do desemprego, precarização e terceirização dos postos de trabalho, erosão dos direitos sociais e trabalhistas, desregulamentação da economia e contra-reforma dos Estados-nação.

A crise capitalista vem provocando alterações não somente na esfera econômica, na dimensão material da vida dos sujeitos, mas também se manifesta na superestrutura, no campo do conhecimento, das ideias, dos valores, da subjetividade da classe trabalhadora e, sem dúvidas, um dos maiores rebatimentos dessa crise para os trabalhadores refere-se ao enfraquecimento das organizações políticas representativas na luta contra a exploração e construção de um projeto alternativo à sociabilidade vigente.

Compreender o posicionamento de classe requer, pois, a análise das condições materiais e da conjuntura política, do impacto da ideologia dominante, da relação com as outras classes, para evitar afirmações que relacionam automaticamente base social e posição política, e também porque a situação objetiva de classe não leva automaticamente à ação coletiva. Além de mobilizações progressistas e revolucionárias, os dominados podem empreender mobilizações conservadoras e reacionárias (GALVÃO, 2011, p. 112).

Concordando com Galvão (2011), para entender as mais variadas formas de ação coletivas é necessário entender além das próprias determinações estruturais das classes, entendendo as determinações e desdobramentos conjunturais e políticos, de acordo com os perfis ideológicos, políticos, as lideranças e demandas, as ações terão intensidades conteúdos distintos.

Segundo Mota (2009) o potencial político-organizativo e o reconhecimento dos laços de classe existente entre os trabalhadores foi afetado tanto pela flexibilização da produção, quanto pela gestão das relações produtivas. As novas formas de contrato de trabalho provocaram uma “intensa fragmentação no interior da classe trabalhadora com extinção de determinados segmentos e o surgimento de outros, além do aparecimento [...] de trabalhadores desempregados, terceirizados e precarizados (TONET, 2009, p.9)”. A

competição entre empregados e desempregados, trabalhadores formais e informais, com vínculos de trabalho estáveis e instáveis, trabalhadores de países centrais e periféricos, somado a fragmentação negam uma maior unidade e identidade de tais sujeitos como classe.

Todo esse processo traz reflexos e implicações para a luta de classes, a desregulamentação do mundo do trabalho não atinge apenas as relações de trabalho estabelecidas, mas também o campo da consciência de classe (DURIGUETTO, 2014), assistiu-se a uma fragilização do entendimento de classe nas lutas sociais, crise do sindicalismo de classe, com tendências corporativistas, que visam a parceria e a manutenção dos direitos já conquistados.

Como ressalta Duriguetto (2014) não dá para dizer que o neoliberalismo avançou sem resistência, todavia, o quadro atual da lutas sociais não conta hegemonicamente com um projeto alternativo ao capital.

Permanece uma forte tendência à ênfase nas lutas econômico-corporativas setoriais, particulares ou locais e, em algumas experiências, o rechaço e a partidos e sindicatos chega também a significar uma rejeição a qualquer relação com o Estado e com a idéia de luta pelo poder. Não obstante a inexistência de uma direção revolucionária, essas diferentes lutas – ainda que defensivas – expressam o campo da luta de classes na contemporaneidade (DURIGUETTO, 2014, p. 181 – 182).

O grande desafio na atualidade para a esquerda socialista é em primeiro plano é apropriar-se do entendimento da conjuntura envolta nas transformações ocorridas nos movimentos sociais e encontrar convergência entre as diversas formas organizativas, conexões entre as diversas reivindicações e a luta de classes.

Ou seja, o desafio se posta em construir projetos que busquem uma integração das necessidades, interesses, reivindicações e ações político-políticas advindas das lutas, incorporando-as em suas dimensões classistas e orientado-as para a construção de processos contra-hegemônicos à ordem do capital (DURIGUETTO, 2014, p. 182).

Para tanto se faz necessária a compreensão que mesmo que os movimentos sociais não identifiquem suas bandeiras como constituinte da luta de classes, nem considerem que suas demandas são de classe, a classe social e a situação de dominação irão perpassá-los, uma vez que “os conflitos sociais são a manifestação de contradições estruturais, agravadas por problemas conjunturais” (GALVÃO, 2011, p. 112). Os sujeitos são dotados de classe, mesmo que os conflitos apareçam de diferentes maneiras, em diferentes intensidades, com bandeiras

identitárias diversas.

A perda da fisionomia de classe é uma questão fundamentalmente regressiva no rol dos movimentos sociais e das lutas sociais contemporâneas. A dimensão do carácter tradicional de classe causou um efeito pouco atrativo no campo das lutas sociais de diversos movimentos sociais cujas “causas” políticas postulam identidades étnico-culturais, sexistas, religiosa, dentre outras características como motivação organizativa. São movimentos pluriclassistas que possuem pautas de reivindicação política que dialoga com agenda de direitos num formato mais abstrato e formal que aquelas lutas que carregam consigo à crítica da condição de classe e da crítica à sociabilidade vigente. Os movimentos pluriclassistas, em geral, não conseguem transpor uma análise ultrageneralista da questão dos direitos sociais, e conseguem tensionar muito pouco as contradições da sociabilidade burguesa, sobretudo, porque não partem da concepção de que o modelo de sociabilidade dominante é um impeditivo à realização das suas necessidade e reivindicações concretas. Não à toa as pautas desses movimentos tendem a ser adaptação, absorvidas, usurpadas e agregadas como condição social dominante de realização dos direitos.

Considerações finais

No atual contexto de barbárie das relações sociais em que vivemos, sobretudo nos países periféricos e latinoamericanos, onde as desigualdades sociais se expressam de maneira mais aprofundada; reconhecemos a relevância que as lutas sociais encampadas pelos diversos movimentos sociais possuem. Lutas essas que explicitam as contradições inerentes ao sistema capitalista e seu contexto de crise estrutural, que se expressa nas esferas econômica, política e social. Reconhecer, assim, a importância das lutas dos movimentos sociais em torno da ampliação e consolidação de direitos (políticos, sociais e humanos), significa enxergar o sentido histórico fundamental que a luta de classes determina e opera nas mais diversas conjunturas e contextos históricos.

Situá-los na dinâmica contemporânea da sociabilidade capitalista e buscar apreendê-los numa perspectiva ontológica é uma tarefa desafiadora e central, na medida em nos parece uma condição teórico-metodológica essencial para enxergar os potenciais políticos organizativos e a manifestação dos níveis de consciência da luta de classes. As práticas organizativas dos mais diversificados movimentos sociais e as lutas sociais postuladas por

esses organismos podem, em determinadas conjunturas, servir de termômetros imediatos para medir o nível de correlação de força da luta de classes, ou apontar para qual direção as lutas sociais presentes no interior da sociedade concorrem.

Em geral, os movimentos e lutas sociais historicamente tradicionais e mais atuantes na sociedade civil brasileira e latino-americana, tem um carácter classista alinhado aos interesses sociais dos trabalhadores do campo e da cidade. Na confluência das suas plataformas de programas e bandeiras de luta, os movimentos sociais classistas dão destaque às reivindicações que apontam para a necessidade da conquista de direitos que, no limite, são incompatíveis com o modo de ser da sociabilidade do capital, em razão do modelo de sociedade, da dinâmica e a natureza do capitalismo. Contudo, historicamente, as necessidades pautadas pelas condições de vida e sobrevivência tensionam o campo da luta e da resistência dos mais diferenciados movimentos sociais, especialmente os de cunho classista. É nessa contradição que se situam os acirramentos e os arrefecimentos das lutas sociais.

Quanto mais se intensifica a concretude da exploração do trabalho e a expropriação da classe trabalhadora, mais se efetiva a radicalização da luta de classes, seja qual for a forma social que essa dinâmica ganhe, a esfera que se deflagre e o modo como se expresse. O nível de consciência de classe pode ou não fazer parte da cultura política dos movimentos e das lutas sociais encampadas pelos sujeitos históricos que militam, que reivindicam e que se organizam, essa condição não elimina a luta de classes como força histórica motriz. Entretanto, a consciência política que os agentes sociais coletivos constroem na sua trajetória de luta, constitui um elemento organizativo fundamental no que diz respeito à concepção de mundo, de projeto e de direção social da luta. Tanto no que diz respeito aos interesses imediatos e históricos de classe.

Em suma, as lutas sociais não são relevantes apenas pelo tensionamento que fizeram ao longo da história, em torno dos conflitos e das disputas sociais que resultaram na garantia de direitos, ou pelo papel que desempenham na tentativa de mantê-las ou ampliá-los, seja em conjunturas mais ou menos regressivas ou de restauração capitalista. As lutas sociais são fundamentais para a projeção de rupturas sociais nas quais cabem e se proliferam a crítica social aos padrões sociais manipuladores impostos à vida individual e coletiva; são os espaços legítimos da reivindicação e da denúncia democrática da violência, da exploração, da opressão e da expropriação; constituiu-se espaço de afirmação de um nível político de emancipação dos sujeitos, que mesmo limitado se traduz na condição efetiva de expressão e

organização da rebeldia como potencialidade à construção de uma sociabilidade outra, onde haja a possibilidade do pleno desenvolvimento das individualidades humanas, o que só é possível num contexto de relações sociais não antagônicas, isto é, extinguindo-se as classes sociais.

Referências:

ABRAMIDES, Maria Beatriz; DURIGUETTO, Maria Lúcia (Org.). *Movimentos Sociais e Serviço Social: uma relação necessária*. São Paulo: Cortez Editora, 2014.

CHESNAIS, François. SERFATI, Claude. e UDRY Charles-André. O futuro do movimento “antimundialização” Primeiras reflexão para uma consolidação de seus fundamentos teóricos In: LEHER, Roberto. SETÚBAL, Mariana. (org). **Pensamento crítico e movimentos sociais: diálogos para uma nova práxis**. São Paulo: Cortez, 2005. p.277-292.

BEHRING, E. R. Fundamentos de Política Social. In: MOTA, Ana Elizabete et al (org). **Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional**. São Paulo: Cortez, 2006.

BEHRING, E. R. Política social no capitalismo tardio. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. BOSCHETTI, I. Política social: fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2006.

FONTES, V. Capitalismo, imperialismo, movimentos sociais e lutas de classes. IN: **Em Pauta: mundialização, resistência e cultura**. n 21. julho. Rio de Janeiro: UERJ/ Faculdade de Serviço Social, 2008.

GALVÃO, Andréia. Marxismo e movimentos sociais. **Crítica Marxista**, Rio de Janeiro, n. 32, p.107-126, 24 mar. 2011.

IAMAMOTO, M. V. Estado, classe trabalhadora e política social no Brasil. In: BOSCHETTI, I. BEHRING, E. R. SANTOS, S. M. dos (org). **Política Social no capitalismo: tendências contemporâneas**. São Paulo: Cortez, 2008.

KATZ, C. **Neoliberalismo, Neodesenvolvimento, Socialismo**. São Paulo, Expressão Popular, 2016,

MOTA, Ana Elizabete. Crise contemporânea e as transformações na produção capitalista. *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. CFESS/ABEPSS, UNB, 2009.

MÉSZÁROS, I. **O desafio e fardo do tempo histórico: o socialismo no século XXI**. São Paulo: Boitempo, 1999.

NETTO, J. P. Notas sobre a reestruturação do Estado e a emergência de novas formas de participação da sociedade civil. In: BOSCHETTI, I. *et all* (org). **Política Social: alternativa ao neoliberalismo**. Brasília: UNB. Programa de Pós-graduação em Política Social. Departamento de Serviço Social, 2004.

OLIVER, L. Movimientos sociales y luchas por la hegemonía en América Latina, In: **Materiais do curso virtual de CLACSO**, 2009.

TONET, Ivo. Expressões socioculturais da crise capitalista na atualidade. ABEPSS/CFESS. *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: ABEPSS/CFESS, 2009.

WOOD, Ellen Meiksins. Trabalho, classe e Estado no capitalismo global. **Pensamento crítico e movimentos sociais**: diálogos para uma nova práxis. São Paulo: Cortez, 2005. p. 96-115.